

Quem destrói a Educação

Não é de hoje que o Estado brasileiro, em praticamente tudo que diga respeito ao problema educacional, optou por um estranho método de administrar baseado não na incidência dos acertos, mas na contumaz repetição dos erros. Primeiro, não cumpre o que é de fato obrigação sua: definir uma política educacional para o País e realizar os investimentos necessários para que o ensino público ofereça qualidade a quantos dele precisarem. Depois, exatamente porque não cumpre o essencial, como um Quixote sem grandeza, investe sobre moinhos de vento, um depois do outro, imaginando oferecer soluções geniais em cada uma das “batallas”... Foi assim com a questão do vestibular — que permanece sem solução — e agora é a vez da mensalidade escolar, que já comentamos várias vezes.

Antes de qualquer outra consideração, é preciso lembrar sempre que este tema, o da mensalidade escolar, se transformou em “questão nacional” da maior gravidade. Há pelo menos duas décadas que o processo educacional básico se acomodou sobre a mais cruel das distorções. O Estado brasileiro, por muitos motivos, permitiu a mais impressionante decadência da escola pública, a ponto, por exemplo, de centenas de estudantes brasileiros de primeiro e segundo grau de Ponta Porã, na fronteira com o Paraguai, tomarem a direção daquele

país amigo para obter educação pública de alguma qualidade... Como cada pai da classe média brasileira não, poder dar a mesma solução encontrada em Ponta Porã para a educação de seus filhos, a rede privada de ensino — que é obrigatório sempre lembrar existe como opção livre de ensino na diferença com o oficial — passou a ser o refúgio para que o ostracismo das oportunidades não vitimasse toda uma geração de brasileiros.

A função essencial da escola pública é tanto permitir a igualdade de oportunidades quanto servir de parâmetro para se medir a eficiência do ensino privado. A qualidade de ensino na escola pública deve ser a melhor possível, seja para que de fato exista democracia, seja para que o ensino particular cumpra com o seu verdadeiro objetivo de ser a livre escolha de quem pretenda educar seu filho a seu, e de outro modo. É com esta convivência e com esta concorrência que se educam gerações preparadas para conviver com o mais moderno avanço tecnológico, construindo uma democracia de fato. Ora, fazer isso reclama competência na gestão da coisa pública, implica priorizar o investimento realmente necessário. Como competência e capacidade de priorizar são coisas raras, a escola pública ficou sempre “para depois” nos orçamentos; e a rede privada que passou a receber o estudante, cuja renda familiar não comporta elevados gastos

educacionais, proporcionais aos custos de um bom ensino, passou a ser tratada como o vilão do drama. Não pode haver distorção mais cruel: o pai exige igualdade de oportunidade para o seu filho e por isso procura a escola privada porque a pública faliu; o Estado garroteia a escola privada há muitos anos, “cipando” a mensalidade porque sabe que a maioria dos pais não recebe o suficiente para cobrir o que o ensino custa, ou porque simplesmente despreza o investimento na Educação. Quando as duas partes — escolas e pais — chegaram ao desespero, o Estado passou a dizer oficialmente que nada tem mais com a questão... O valor da mensalidade emergirá do enfrentamento direto entre pais e escola, mascarado pela expressão “livre negociação”. Como se o Estado não tivesse nenhuma “responsabilidade” pelo tema!

Existe um efeito perverso, uma mentalidade mercantilista, na pior acepção do termo, na atitude que mistura índice inflacionário com produtividade pedagógica ou criatividade educacional. O “espírito” da Medida Provisória 207 é exatamente o dessa *mistura*, quando propõe que o pai que encontrou esses dois últimos elementos no “serviço-Educação” deve discutir diretamente com o “dono” da escola o valor do serviço. Nada poderá ser mais destruidor da relação educativa que se estabelece entre pais e escola.

Não será preciso insistir que Educação não é mercadoria que se discute em balcão, a quilo, em um absurdo vale-quanto-pesa! É evidente que se faz mister distinguir os que se envolvem com Educação porque simplesmente visam a lucros fáceis, e os que desejam ressarcir custos de um projeto pedagógico, que é também um empreendimento econômico. Confundir tudo isso, especialmente em nome do conceito de livre negociação, merece ser qualificado de atitude ignorante. Ou de “piada de mau gosto”. Talvez essa expressão não seja suficiente para definir bem a evolução do que era uma distorção até o que é má-fé.

O Estado não cumpre o que é função sua, deturpa o conceito de mercado, banaliza até o inacreditável a idéia de Educação. A incompetência é tanta que não se percebem nem mesmo os fantasmas que se estarão ressuscitando por mãos oficiais. Ou o ministro da Educação pensa que partidos políticos não ocuparão o descontentamento de cada assembleia “popular” de pais? Isso para não falar na ressurreição do “movimento” estudantil com uma bandeira oferecida de graça; ou o ministro acha que os três escolhidos de cada escola superior encerrarão suas reivindicações no quinto dia depois de definido o reajuste da mensalidade? E se limitarão a discutir apenas a planilha de custos? Quem viver verá.